

ALIENAÇÃO LINGUÍSTICA: O QUE É E COMO ISSO AJUDA A FOMENTAR O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Renan Mendonça Ferreira¹

RESUMO

A língua padrão é muitas vezes entendida como sendo a língua descrita na gramática normativa. Porém, a maioria dos falantes nativos não domina essa gramática. Essa incoerência motiva o preconceito linguístico e motiva também a composição deste trabalho o qual demonstrará o processo como a língua perde a sua filiação humana, viva e concreta, e passa a ser vista como algo idealizado nos livros.

Palavras-chave: língua-padrão. Preconceito linguístico. Alienação. Marxismo. Ideologia.

ABSTRACT

The standard language is often understood as the language described in the normative grammar. However, most of native speakers do not know properly that grammar. This inconsistency motivates the linguistic prejudice and also motivates the composition of this work which demonstrates the process by which the language loses its human affiliation, concrete and alive, and become something idealized in the books.

Key words: Standard language. Linguistic prejudice. Alienation. Marxism. Ideology.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de questionamento o conceito da chamada língua-padrão, que muitas vezes é definida como sendo aquela variante linguística que deriva ou segue as normas da gramática normativa. O tema parece ser exaustivo, porém relevante, pois ainda levanta polêmicas e é um dos causadores do que Marcos Bagno chamou de preconceito linguístico. Questionar-se-á aqui o conceito de língua-padrão e, a exemplo de como Karl Marx utilizou o conceito de alienação na economia, pretende-se demonstrar que a língua também sofre o mesmo fenômeno, porém não numa esfera econômica, mas linguística. Esse fenômeno – doravante alienação

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Letras Português na educação básica e no ensino superior. E-mail: renanmfprofessor@gmail.com.

linguística – será descrito com base nas referências bibliográficas e apoiado na pesquisa de campo que serve como documento comprobatório desta teoria.

A pesquisa foi realizada para qualificar a opinião de estudantes sobre o conceito de língua-padrão. A coleta de dados foi realizada no dia 05 de maio de 2009 por meio de um questionário aberto que continha uma única pergunta: “O que você entende por língua-padrão?”. O público-alvo da pesquisa se constituía estritamente de estudantes da graduação de Letras-Português. Nesse universo, a amostra pesquisada foi de 10 estudantes da Faculdade Pitágoras, em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Os alunos que participaram da pesquisa tiveram pouco tempo para responder, fato que provavelmente contribui para a autenticidade das respostas. Além disso, cada participante não teve nenhum conhecimento sobre a resposta dada pelo outro participante. Essa medida também veio a assegurar a autenticidade de cada resposta, uma vez que se evita que uma resposta influencie as demais e contamine a pesquisa.

2 A TEORIA

Não haverá necessidade aqui de grande aprofundamento teórico na questão da alienação, contudo é importante esclarecer o edifício teórico que sustenta esse conceito e no qual se fundamenta este trabalho. O termo alienação foi descrito pelo filósofo alemão Ludwig Feuerbach para expor o fenômeno da religião. De modo a facilitar a compreensão do conceito de alienação em Feuerbach, sem adentrar em questões que neste dado momento não têm relevância, será de grande auxílio a breve – porém certa – explicação que Marilena Chauí nos dá em seu livro “Convite à Filosofia”. Assim Chauí explica os estudos de Feuerbach:

[...] os humanos projetam para fora de si um ser superior dotado das qualidades que julgam as melhores: inteligência, vontade livre, bondade, justiça, beleza, mas as fazem existir nesse ser supremo como superlativas, isto é, ele é onisciente e onipotente, sabe tudo, faz tudo, pode tudo. Pouco a pouco, os humanos se esquecem de que foram os criadores desse ser e passam a acreditar no inverso, ou seja, que este ser foi quem os criou e os governa. Passam a adorá-lo, prestar-lhe culto, temê-lo. Não se reconhecem nesse outro que criam. Em latim, “outro” se diz *alienus*. Quando os homens não se reconhecem num outro que eles mesmos criaram, eles se alienam. Feuerbach designou esse fato com o nome de alienação (CHAUI, 2003, p. 171).

Karl Marx, inspirado na tese de Feuerbach, aplicou o mesmo conceito de alienação em seus estudos. Porém, em Marx o que vemos não é uma tese sobre religião, mas

uma aplicação do conceito de alienação para investigar fenômenos econômicos, sociais, políticos e intelectuais. Logo, Marx descreveu os fenômenos da alienação social, econômica, política e intelectual. Mais uma vez, Marilena Chauí presta grande auxílio ao explicar de forma sucinta como se deu a passagem da alienação descrita em Feurbach para a alienação aplicada às áreas de interesse de Marx.

Marx não se interessou apenas pela alienação religiosa, mas investigou, sobretudo, a alienação social. Interessou-se em compreender as causas pelas quais os homens ignoram que são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da história. Interessou-se em compreender por que os humanos acreditam que a sociedade não foi instituída por eles, mas por vontade e obra dos deuses ou pela força cega das leis da natureza, em vez de perceberem que são eles próprios que, em condições históricas determinadas, criam as instituições – família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola, religião, artes, ciências, filosofia – e instituições políticas – leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, exército, impostos, prisões (CHAUÍ, 2003, p. 171).

3 A PESQUISA

O que é língua-padrão? A palavra padrão denota algo que é idealizado, um modelo. Na pesquisa que consta neste trabalho, ao responderem à pergunta “O que você entende por língua-padrão?”, 50% dos entrevistados mencionaram os termos sinônimos “normas gramaticais” ou “gramática normativa”. Em outras palavras, 50% dos entrevistados entendem língua-padrão como sendo o modelo idealizado pelos gramáticos. Todavia, a grande maioria da população não conhece ou não domina devidamente as várias normas e regras descritas pelos gramáticos, logo, chamar de padrão algo que não é de domínio geral parece ser demasiadamente forçoso e equivocado. Para que algo seja considerado padrão numa sociedade – especialmente numa sociedade democrática – deve antes ser algo que a maioria das pessoas reconheça como modelo e não o reconhecimento de apenas uma minoria.

Além disso, os gramáticos divergem entre si em alguns pontos de seus estudos, o que gera normas diferentes, regras diferentes e pontos polêmicos. Ao contrário do que se pensa, não existe uma gramática e sim várias gramáticas, cada uma com pequenas discrepâncias. Ora, o conceito de padrão denota o conceito de unidade, logo não é possível existir vários padrões. Portanto, de acordo com esses fatos, língua-padrão não pode ser entendida como algo descrito na gramática.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) defendem que “não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio” (BRASIL, 1998, p. 31). Logo, a norma gramatical não é critério suficiente para se definir um padrão linguístico, além de não ser capaz de descrever todas as variações linguísticas existentes.

O conceito de alienação implica uma perda. Em Feuerbach, os criadores da religião se viram como criaturas e perderam o controle sobre seus próprios destinos, que passou a ser controlado por uma entidade invisível. Em Marx, os trabalhadores criam todos os produtos existentes, mas devido às leis do mercado, o salário de um trabalhador não pode comprar quase nada. Apesar de todos trabalhadores serem criadores dos produtos, eles os perdem quando vendem sua mão-de-obra. Essa perda, tanto em Feuerbach como em Marx, é algo que as pessoas não percebem. Para elas, essa perda é natural, não depende delas, mas de uma vontade superior e alheia a elas. De modo semelhante, quando esta pesquisa mostra que a língua-padrão, na opinião de 50% dos estudantes de Letras, está atrelada à gramática, temos a confirmação de que o conceito de língua-padrão ainda é pensado como algo afastado da maioria da população, fora da vida das pessoas, algo estritamente teórico ou até hipotético, que não depende da ação das pessoas, logo alienadas.

Alguns entrevistados descreveram língua-padrão como sendo consequência do estudo ou relacionaram-o ao termo “norma culta”. Essas opiniões trazem uma semelhança ideológica entre elas. Se analisarmos o radical da palavra “culta”, veremos que seu significante nos remete à noção subjetiva de cultura. No senso-comum, cultura é uma virtude que se obtém por meio do estudo. Geralmente, quando se diz que alguém é culto se quer dizer que aquela pessoa possui erudição, que ela conquistou uma cultura de prestígio através do estudo. É possível supor que alguns entrevistados, à semelhança do que ocorre com o termo “culto” associado à erudito, associam o termo “norma culta” à linguagem erudita. Logo, é razoável dizer que essas opiniões apontam para um mesmo sistema de ideias: língua-padrão como sinônimo de erudição.

Se alguns estudantes entendem língua-padrão como sendo sinônimo de linguagem erudita – ou algo que se conquista como consequência do estudo ou que está atrelado a uma classe que se imagina deter prestígio intelectual – temos aqui novamente a

alienação linguística. Ora, a chamada linguagem erudita é aquela utilizada por uma pequena parcela da população, geralmente aquela que detém grande saber científico, outrora reconhecida também por concentrar a maior parte do poder político e do poder de produzir e propagar discurso, além de detentora dos meios de produção. A variante linguística utilizada por essa parcela da população é apenas mais uma variante dentre incontáveis outras variantes que há na sociedade.

É preciso ressaltar que todos os estudantes entrevistados já tiveram contato com as teorias de Marcos Bagno sobre preconceito linguístico. Mesmo assim, 50% deles ainda, ao que parece, não se veem como participantes ativos de uma sociedade no processo de uso e reinvenção da língua. Esse fato caracteriza a alienação linguística, não apenas nos estudantes entrevistados, mas na grande parcela da população que provavelmente também não se percebe fazendo parte do mesmo processo.

Bagno afirma que “temos de fazer um grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam” (BAGNO, 1999, p. 9). Em outras palavras, devemos considerar que a língua é um organismo vivo, mutante, variável. Ela depende das pessoas que a falam, e não o oposto como querem os gramáticos tradicionalistas.

Essa inversão da realidade, ou o modo como as pessoas percebem os fatos invertidos, caracteriza uma ideologia, como explica Marilena Chauí, com base nos estudos de Karl Marx, sobre os procedimentos da ideologia: “[...] opera por inversão, isto é, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos” (CHAUÍ, 2003, p. 175).

Ideologia é uma ideia geral formada no senso comum da população e sustentada pelos pilares da sociedade: economia, política, religião, filosofia, ciência, educação etc. A ideologia funciona como um poder invisível e é uma consequência do fenômeno da alienação. Marx esforçou-se para descrever esse poder invisível, denominado ideologia, no âmbito socioeconômico. Mas na esfera linguística, que poder é esse? Bagno (1999, p. 64) é quem elucida:

como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível [...].

A ideologia, conseqüente da alienação linguística, causa o preconceito linguístico, que nada mais é do que o preconceito social mascarado, que é na sua essência, o que Marx denominou como luta de classes. Os PCNs também já apontaram para esta conclusão quando disseram que: “A discriminação de algumas variedades linguísticas, tratadas de modo preconceituoso e anticientífico, expressa os próprios conflitos existentes no interior da sociedade” (BRASIL, 1998, p. 82).

A gramática não deveria se impor como um poder. Na verdade, ela depende dos falantes, e não o oposto – como ocorre na ideologia. Portanto, a gramática deveria funcionar como uma ferramenta descritiva da língua em suas diversas variações existentes e possíveis.

É preciso lembrar que a língua portuguesa possui uma ortografia oficial, e isso basta para preservar a língua – basta para os seus falantes, seja para orientá-los ou confundi-los ainda mais. Porém a gramática e a pronúncia – aspectos fonológicos – não podem e não devem ser oficializadas, devido a uma enorme variação linguística que existe e sempre existirá, mesmo que alguns não queiram.

A variação linguística ocorre no vocabulário, nos aspectos fonológicos, no fenômeno da gramaticalização, dentre outros mais. Toda língua natural está sujeita a isso. Portanto, se um falante comete um desvio da norma gramatical isso não deve ser encarado como erro. A ideia de erro já manifesta ocultamente o preconceito linguístico. Marcos Bagno vai ainda mais longe quando diz: “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna [...]. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário” (BAGNO, 1999, p. 124).

Para combater o preconceito linguístico é necessário combater a alienação linguística. Para isso, a população deve tomar consciência de que a língua é patrimônio de todos os seus falantes e não apenas de um grupo restrito que a estuda. Ou em outras palavras: “[...] os elementos constitutivos de uma língua pertencem ao grupo social que fala essa língua, pertencem a seus falantes nativos, e não precisam de guardiões” (BAGNO, 1999, p. 163).

Enquanto os gramáticos e professores devem ter consciência de que as variações linguísticas sempre existirão e que elas não devem ser combatidas, mas estudadas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá,

independentemente de qualquer ação normativa” (BRASIL, 1998, p. 29). Portanto, é preciso que os gramáticos e os estudantes de Letras atentem para esse fato se não quiserem incorrer em preconceito linguístico. Por essa razão, os PCNs pregam a “valorização das variedades linguísticas que caracterizam a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa nas diferentes regiões do país” (BRASIL, 1998, p. 64).

4 CONCLUSÃO

Os seres humanos se caracterizam, dentre outras coisas, pela incrível capacidade de se adaptarem ao meio que os cerca. Assim, a linguagem como ferramenta humana também se torna adaptável. Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem como proposta de ensino “conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico” (BRASIL, 1998, p. 33). Essa é uma lição que deve ter início a partir do ensino fundamental, quando a identidade do estudante começa a se formar, para que no futuro o cidadão possa respeitar as diferenças linguísticas e, quem sabe, socioculturais de terceiros.

A comunicação não existe por si só, ela só acontece em forma de texto e em contextos muito específicos. Esses contextos são definidos por um número infinito de variáveis, tais como nacionalidade, época, região geográfica, idade e sexo do falante, educação, profissão, tradições familiares, fatores históricos, sociológicos e culturais, necessidades pessoais do falante etc.

Afirmar que a língua é uma criação humana implica aceitar que a humanidade como um todo é a detentora do direito de uso da língua e que como tal, recria a língua conforme suas necessidades pessoais ou sociais. Logo, a língua é manipulada para se adaptar às mais diversas possibilidades de situações vividas por cada pessoa, seja como indivíduo ou como um ser social. Cada indivíduo faz a linguagem se adaptar às suas necessidades pessoais, cada comunidade adapta a linguagem às suas necessidades comunitárias e cada sociedade adapta a linguagem às suas necessidades sociais.

5 REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 47. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília, 1998.